

Minuta

Deliberação Consema nº de de de 2011

Recomenda a constituição de Grupo Técnico formado pelas Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e da Saúde para a elaboração de lista oficial de espécies exóticas com potencial de invasão do estado de São Paulo e dá outras providências.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, considerando as atribuições previstas na lei xxxx, e

- o Artigo 8º da Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, determina aos países participantes a adoção de medidas preventivas, e medidas de erradicação e controle de espécies exóticas invasoras;
- a Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em seu Artigo 3º, inciso VIII alínea a, considera de interesse social as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, entre essas a erradicação de espécies exóticas invasoras;
- a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, em seu Artigo 61, prevê punição para quem “disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas”;
- a Resolução CONAMA 369, de 28 de março de 2006, em seu artigo 2º, inciso II, alínea "a", reitera as disposições da Lei 4.771/65 ao considerar de interesse social a erradicação de espécies exóticas invasoras quando se mostrar necessária a sua adoção para assegurar a proteção da integridade da vegetação nativa;
- a Resolução CONABIO nº 5, de 21 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras;
- que espécies exóticas invasoras produzem mudanças e alterações nas propriedades ecológicas do solo, na ciclagem de nutrientes, nas cadeias tróficas, na estrutura, dominância, distribuição e funções de um dado ecossistema, na distribuição da biomassa, na taxa de decomposição, nos processos evolutivos e nas relações entre polinizadores e dispersores;
- que espécies exóticas invasoras podem produzir híbridos ao cruzar com espécies nativas e eliminar genótipos originais, ocupar o espaço de espécies nativas levando-as a diminuir em abundância e extensão geográfica, aumentando os riscos de extinção de espécies e de eliminação de populações locais;
- que para algumas espécies exóticas já há registro de bioinvasões no estado de São Paulo.

- que algumas espécies exóticas com histórico de bioinvasão são exploradas comercialmente, possuindo relevante importância econômica;
- a proposta formulada por Grupo de Trabalho da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, criado pela Resolução SMA nº 33/2009, e as recomendações da Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas;

DELIBERA:

Artigo 1º - Para os efeitos desta Deliberação e dos instrumentos dela decorrentes entende-se por:

- I) **ambiente:** o lugar ou tipo de local onde foi constatada a presença da espécie exótica com potencial de bioinvasão.
- II) **ambiente natural:** área não convertida para outro uso ou urbanizada, que guarda elementos naturais.
- III) **análise de risco:** avaliação da magnitude e da natureza dos possíveis efeitos negativos da introdução ou manutenção de uma espécie em determinada área, considerando no mínimo o histórico de invasão da espécie, o risco ao meio ambiente e à saúde e o contexto em que se encontra.
- IV) **bioinvasão ou invasão biológica:** Processo de ocupação de ambiente natural ou antropizado por espécie exótica, provocando impactos ambientais negativos, como alteração no meio abiótico, dominância, hibridação, deslocamento de espécies nativas, entre outros. São reconhecidas como etapas do processo de bioinvasão: a introdução, o estabelecimento e a dispersão ou invasão propriamente dita.
- V) **controle de espécies exóticas invasoras:** aplicação de métodos mecânicos, químicos ou biológicos que resultem na redução e, sempre que desejável e possível, na erradicação de populações de espécies exóticas com potencial de invasão;
- VI) **espécie nativa:** a espécie, subespécie ou táxon inferior ocorrente dentro de sua área de distribuição natural presente ou passada;
- VII) **espécie exótica:** a espécie, sub-espécie ou taxa inferior introduzido fora da sua área natural de distribuição presente ou passada, incluindo qualquer parte, gametas, sementes, ovos ou propágulos dessa espécie que possam sobreviver e posteriormente reproduzir-se;
- VIII) **espécie exótica invasora:** a espécie exótica com potencial de invasão cuja introdução, reintrodução ou dispersão ameaça ecossistemas, ambientes e outras espécies.
- IX) **introdução:** entrada intencional ou acidental de espécimes em locais fora da área de distribuição natural da espécie.

Artigo 2º - As Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e da Saúde deverão constituir Grupo Técnico para a elaboração de lista oficial de espécies exóticas com potencial de invasão do estado de São Paulo.

Parágrafo único – A lista deverá ser submetida ao Consema no prazo de 1 ano a contar da data da instituição do Grupo Técnico.

Artigo 3º - A elaboração da lista deverá levar em consideração as espécies já identificadas pela Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo, as quais deverão ser submetidas à análise de risco.

Parágrafo único - Para a realização das análises de risco a que se refere o caput deverá ser considerado no mínimo o histórico de invasão da espécie, o risco ao meio ambiente e à saúde e o contexto em que se encontra a espécie no estado de São Paulo.

Artigo 4º - O Grupo Técnico a ser constituído deverá propor normas de controle, manejo e monitoramento para cada espécie analisada, assegurando a participação de representantes de instituições de pesquisa, de organizações da sociedade civil e dos setores envolvidos.

Parágrafo único - Para a proposição de normas a que se refere o caput deverá ser considerada a análise de risco e a importância econômica da espécie no estado de São Paulo.

Artigo 5º - A Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas do Consema deverá acompanhar o desenvolvimento das atividades do Grupo Técnico e deverá avaliar as propostas de normas de controle, manejo e monitoramento previamente à sua submissão ao plenário do CONSEMA.

Artigo 6º - As Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e da Saúde deverão, por ato próprio, adotar as medidas preventivas e de controle necessárias para evitar a introdução, o estabelecimento e a dispersão das espécies exóticas com potencial de invasão.

Artigo 7º - Quando da elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação, tanto as de Proteção Integral como as de Uso Sustentável, deverão ser especificadas diretrizes para prevenção, controle e monitoramento de espécies exóticas com potencial de bioinvasão, bem como para a elaboração de planos de ação para controle dessas espécies, quando couber.

Artigo 8º - Esta Deliberação deverá ser disponibilizada por meio do portal eletrônico das Secretarias que compõe o Grupo Técnico, com o objetivo de divulgar a informação e permitir a identificação das referidas espécies para que sejam adotadas medidas de prevenção e controle.

Artigo 9º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.